



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa correta:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição têm aplicação mediata.
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes de tratados internacionais.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) O Brasil não se submete, por opção do constituinte, à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.
- e) A República Federativa do Brasil não é um Estado Democrático de Direito, de modo que seus governantes não estão obrigados a respeitar resultados eleitorais.

2. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Constituição da República:

- a) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar.
- d) a propriedade atenderá a sua função social.
- e) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) Aos membros do Ministério Público é assegurada vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) Aos membros do Ministério Público em geral é facultado o exercício da advocacia.

4. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a interpretação de que a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada no Código Penal.
- b) O Supremo Tribunal Federal ainda não se manifestou, em sede de controle concentrado, sobre a constitucionalidade de ações afirmativas em favor de afrodescendentes e indígenas em universidades.
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não significam a intangibilidade literal da Constituição, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Governador pode editar medidas provisórias, desde que autorizado pela Constituição do seu Estado.
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, viola a cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição, a decisão de órgão fracionário de Tribunal que não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, embora afaste sua incidência, no todo ou em parte.

DIREITO ELEITORAL

5. Sobre o tema "direitos políticos", tal qual previsto na Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa correta:

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e aberto, com valor igual para todos.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos.
- c) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de quinze anos e menores de dezoito anos.
- d) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- e) O pleno exercício dos direitos políticos não é condição de elegibilidade.

6. A respeito da organização da Justiça Eleitoral, tal qual prevista na Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- a) A Tribunal Superior Eleitoral é órgão da Justiça Eleitoral.
- b) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
- c) Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- d) Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos da Justiça Eleitoral.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- e) As Juntas Eleitorais não são órgãos da Justiça Eleitoral.

DIREITO DO CONSUMIDOR

7. **Assinale aquele que não é um dos princípios gerais da atividade econômica, conforme previsão no art. 170 da Constituição Federal de 1988 (CRFB/88).**

- a) busca do pleno emprego
- b) defesa do consumidor
- c) propriedade privada
- d) soberania nacional
- e) independência nacional

8. **Sobre o conceito de fornecedor, produto e serviço, conforme previsão no art. 3º e parágrafos da Lei 8079/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), assinale a alternativa correta:**

- a) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- b) o CDC não oferece um conceito de fornecedor, o que deve ser avaliado pelo juiz no caso concreto.
- c) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, excluídos os de natureza imaterial.
- d) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, ainda que sem remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- e) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, excetuando-se as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. **A respeito da ação popular, conforme previsão na Lei 4717/65, assinale a alternativa falsa.**

- a) O Ministério Público não detém legitimidade para o ajuizamento de ação popular.
- b) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- c) São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no art. 1º da Lei 4717/65 nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade.

- d) O Ministério Público sempre será intimado a intervir no processo regulado pela Lei 4717/65.
- e) O Ministério Público poderá, excepcionalmente, assumir a defesa do ato impugnado, desde que considere, justificadamente, que ele atendeu ao interesse público.

10. **A respeito do Ministério Público, conforme previsão nos artigos 176 a 181 da Lei 13105/2015 (Código de Processo Civil CPC/2015), assinale a alternativa falsa:**

- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

11. **A respeito do mandado de segurança, nos termos da Lei 12016/09 (Lei do Mandado de Segurança), assinale a alternativa correta:**

- a) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- c) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pelo Estado membro.
- d) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 60 (sessenta) dias, quando notificado judicialmente.
- e) Mesmo em caso de urgência, não é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

12. A respeito da Lei n. 8429/92 (lei de improbidade administrativa), assinale a alternativa falsa:

- a) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei 8429/92.
- b) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8429/92, sendo vedada a tipificação de condutas ímprobas em leis especiais.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8429/92, não bastando a voluntariedade do agente.
- d) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- e) Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

13. A respeito da Lei n. 8429/92 (lei de improbidade administrativa), assinale a alternativa verdadeira:

- a) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social somente do Poder Executivo, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) Não estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º do artigo 1º da Lei 8429/92.
- c) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- e) Para os efeitos da Lei 8429/92, consideram-se agentes públicos somente os agentes políticos e servidores públicos.

14. A respeito da Lei 8429/92 (lei de improbidade administrativa), assinale a alternativa falsa:

- a) As disposições da Lei 8429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- b) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- c) As sanções desta Lei sempre se aplicarão à pessoa jurídica, mesmo que o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei n. 12846/2013 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).
- d) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- e) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

DIREITO CIVIL

15. A respeito dos direitos da personalidade (artigos 11 a 21 da Lei 10406/02 - Código Civil), assinale a alternativa falsa:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- e) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

16. Nos termos da Lei 10406/02 (Código Civil) são defeitos do negócio jurídico, exceto:

- a) erro
- b) dolo
- c) coação
- d) subsunção
- e) estado de perigo

DIREITO PENAL

17. A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa falsa, de acordo com o Decreto-Lei 2848/40 (Código Penal):

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- e) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado

18. A respeito do crime, conforme previsto nos artigos 13 a 25 do Decreto-Lei 2848/40 (Código Penal), assinale a alternativa verdadeira:

- a) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- b) A tentativa sempre será punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço.
- c) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente.
- d) Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- e) Pune-se a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

19. A respeito da ação penal, conforme disposições do Decreto-Lei 2848/40 (Código Penal), artigos 100 a 105, assinale a alternativa falsa:

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante denúncia do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- e) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

20. Sobre os requisitos do ato administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência é um elemento ou requisito vinculado do ato administrativo, pois é sempre definida por lei, não havendo espaço para discricionariedade.
- b) A finalidade, como elemento ou requisito do ato administrativo, diz respeito ao objetivo perseguido com o ato, que, genericamente, é sempre o interesse público.
- c) O objeto, como elemento ou requisito do ato administrativo, diz respeito ao objetivo perseguido com o ato, que, genericamente, é sempre o interesse público.
- d) Os atos administrativos devem adotar, em regra, a forma escrita.
- e) O motivo, como elemento ou requisito do ato administrativo, diz respeito às razões de fato e de direito nas quais a prática do ato se baseia, ou pelas quais o ato é comandado ou autorizado ao administrador público.

21. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa incorreta:

- a) Poder de polícia é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, a disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e os direitos individuais ou coletivos.

- b) Poder de polícia é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de atos investigativos de ilícitos penais e administrativos, delimitando o exercício de competências por parte de órgãos de polícia judiciária e de policiamento ostensivo.
- c) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular.
- d) O exercício do poder de polícia apenas pode dar-se nos limites definidos em lei, tendo em vista o impacto dessa atividade sobre direitos individuais e o princípio da legalidade estrita, vigente para a Administração Pública.
- e) Os atos de poder de polícia têm autoexecutoriedade, o que implica ter a Administração capacidade de impor obrigações ao administrado e de executar suas decisões, dentro dos limites legais, sem prévio recurso ao Poder Judiciário, valendo-se, se necessário, do uso da força para tanto, como na hipótese em que fiscais do IBAMA valem-se de seu poder de polícia para destruir equipamentos utilizados em infrações administrativas ambientais apreendidos em locais de difícil acesso na Amazônia.

22. Sobre a Lei n. 9.784/1999, em especial sobre a anulação, revogação e convalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- b) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e deve anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e deve revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- e) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, independentemente de constituírem direitos adquiridos.

23. Sobre os atos de improbidade administrativa previstos na Lei n. 8.429/1992, consideradas as modificações introduzidas pela Lei n. 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos de improbidade administrativa que constituam enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentado aos princípios regentes da administração pública podem ser punidos se praticados com dolo ou culpa.
- b) Os atos de improbidade administrativa que constituam enriquecimento ilícito e atentado aos princípios regentes da administração pública podem ser punidos apenas se praticados com dolo, enquanto os atos de improbidade administrativa que constituam prejuízo ao erário podem ser punidos se praticados com dolo ou culpa.
- c) Os atos de improbidade administrativa que constituam enriquecimento ilícito e atentado aos princípios regentes da administração pública podem ser punidos se praticados com dolo ou culpa, enquanto os atos de improbidade administrativa que constituam prejuízo ao erário apenas podem ser punidos se praticados com dolo.
- d) Os atos de improbidade administrativa que constituam enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário podem ser punidos se praticados com dolo ou culpa, enquanto os atos de improbidade administrativa que constituam atentado aos princípios regentes da administração pública apenas podem ser punidos se praticados com dolo.
- e) Os atos de improbidade administrativa que constituam enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou atentado aos princípios regentes da administração pública podem ser punidos exclusivamente se praticados com dolo.

DIREITO AMBIENTAL

24. Sobre a proteção ao meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Constituição Federal acolhe o princípio do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- b) A Constituição Federal acolhe os princípios da solidariedade intergeracional e intrageracional.
- c) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui direito fundamental de titularidade difusa.
- d) É dever do Poder Público, com prioridade, e da coletividade, subsidiariamente, defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
- e) O direito ao meio ambiente pode ser lido, dentre outros, como instrumental à garantia de outros direitos fundamentais, como o direito à vida e à saúde.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

25. Sobre a Lei de Crimes Ambientais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa jurídica sujeita-se à responsabilização penal por crimes ambientais, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- c) A responsabilidade penal das pessoas jurídicas depende da conjunta ou prévia responsabilização penal de pessoas físicas vinculadas ao ato criminoso.
- d) Na forma da Lei n. 9.605/1998, os produtos e instrumentos dos crimes ambientais serão apreendidos, perdidos e destinados, independentemente de constituírem coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.
- e) A aplicação dos institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo a crimes ambientais depende da prévia reparação do dano, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

26. Sobre direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) é livre a manifestação do pensamento, autorizado o anonimato;
- b) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos;
- c) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- d) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- e) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

27. Sobre a proteção aos povos indígenas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à União, aos Estados e Municípios demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas.
- b) Os povos indígenas têm reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, motivo pelo qual compete ao Estado assegurar educação básica diferenciada e bilíngue.

- c) É permitida a exploração mineral de terras indígenas, desde que consultadas as comunidades interessadas sobre a atividade.
- d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvados direitos reais consolidados de terceiros.
- e) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, no interesse da soberania do País, ou em caso de relevante interesse público ou social, após deliberação do Congresso Nacional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

28. Analise as assertivas acerca da investigação criminal e assinale o item correto:

- a) A ação penal não pode se fundamentar somente em uma denúncia anônima, tendo em vista a ausência de justa causa. Contudo, no curso da investigação policial, é possível a concessão da medida cautelar de busca e apreensão fundada exclusivamente em denúncia anônima, por se tratar de medida meramente investigativa.
- b) É possível a deflagração de investigação criminal com base em matéria jornalística.
- c) É necessária a intimação prévia da defesa técnica do investigado para a tomada de depoimentos orais na fase do inquérito policial quando o advogado do investigado tem procuração nos autos do inquérito.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal decidir conflito de atribuições envolvendo MPE e MPF.
- e) Em situação hipotética, a Polícia Federal instaurou inquérito policial para apurar o crime de lesão corporal envolvendo dois particulares, sem qualquer fundamento para se firmar a competência federal. Ao final da investigação, a Autoridade Policial remeteu os autos ao Ministério Público Estadual, que ofereceu a denúncia respectiva perante a Justiça Estadual. Desse modo, há nulidade na ação penal instaurada a partir de elementos informativos colhidos em inquérito policial que não deveria ter sido conduzido pela Polícia Federal.

29. Sobre a competência no processo penal, assinale o item falso:

- a) A justiça federal é competente para julgar os crimes de contrabando e descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade da conduta.
- b) A cobrança indevida de honorários por médicos do Sistema Único de Saúde acarreta prejuízos financeiros apenas ao particular, e não ao estabelecimento hospitalar ou ao sistema de saúde administrado pela União, razão pela qual compete à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Justiça Estadual processar e julgar a ação penal correspondente.

- c) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão que expediu o documento.
- d) Compete à Justiça comum estadual processar e julgar crime em que o índio figure como autor ou vítima, desde que não haja ofensa a direitos e cultura indígenas, o que atrai a competência federal.
- e) É inconstitucional dispositivo da Constituição Estadual que confere foro por prerrogativa de função, no Tribunal de Justiça, para Procuradores do Estado e Defensores Públicos.

30. Sobre prisão e liberdade provisória, assinale o item correto:

- a) O posterior requerimento de prisão preventiva formulado pelo Ministério Público supre o vício de decisão judicial que a tinha decretado inicialmente de ofício.

- b) Em razão do princípio da presunção de inocência, inquéritos policiais e processos em andamento não têm o condão de exasperar a pena-base na dosimetria da pena, tampouco de servir como fundamento para a decretação de prisão preventiva.
- c) De acordo com o art. 316, parágrafo único do Código de Processo Penal, o Poder Judiciário, de ofício, tem o dever de, a cada 60 (sessenta) dias, revisar fundamentadamente a necessidade da manutenção da prisão preventiva decretada, de sorte que o descumprimento de tal prazo gera para o preso o direito de ser posto em liberdade.
- d) O cumprimento de prisão domiciliar, por ser medida de mínima restrição da liberdade individual se comparada à prisão preventiva, não deve ser reconhecido como pena efetivamente cumprida para fins de detração de pena.
- e) A concessão de prisão domiciliar às genitoras de menores de até 12 anos incompletos fica condicionada à demonstração efetiva, no caso concreto, da imprescindibilidade dos cuidados maternos.